

Clique e assine com 88% de desconto

 MURILLO DE ARAGÃO  
Por Murillo de Aragão

Política

## A reforma tributária é essencial

Só ela fará destravar os investimentos no país

Por Murillo de Aragão - Atualizado em 7 fev 2020, 10h03 - Publicado em 7 fev 2020, 06h00



Percebendo que o Executivo faz corpo mole quando se trata do assunto, o Congresso avançou na discussão Geraldo Magela/Agência Senado/Agência Senado

O Brasil tem um histórico trágico em termos de tributos e de política tributária. Basicamente, pagamos impostos demais e recebemos serviços públicos de menos e de qualidade quase sempre questionável. Além disso, temos a mais lenta burocracia tributária do mundo, que nos faz levar inacreditáveis 62 dias do ano apenas para pagar os impostos. Para comparar, o tempo médio gasto com isso nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é de apenas 158 horas, ou seja, entre seis e sete dias. Em 2017, um estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação identificou que, desde a Constituição de 1988, haviam sido editadas 363 000 normas na área tributária, entre as quais 31 221 são de natureza federal.

Ao longo de 2019, vimos o governo oscilar entre querer e não querer elaborar uma reforma. Tanto pela ausência de um projeto claro e enxuto quanto pelo errático e recorrente debate sobre ressuscitar, ou não, a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e sobre criar, ou não, um imposto sobre as transações eletrônicas. Recentemente cogitou-se até a criação do chamado “imposto do pecado”, para sobretaxar as bebidas destiladas, os produtos com adição de açúcar e aqueles que envolvem o tabaco.

Percebendo que o Executivo faz corpo mole quando se trata do assunto, o Congresso avançou na discussão. Temos hoje pelo menos três propostas sendo avaliadas pelos parlamentares e a promessa de ir adiante, de forma concreta, neste semestre. Aguardam-se, ansiosamente, as sugestões do governo, que parece ainda não ter convicção de que uma ampla reforma poderia de fato destravar o ambiente para investimentos no país, mesmo que seja implementada por partes.



receitas e responsabilidades entre os entes federados.

Ela deve, por exemplo, instituir um Código de Direitos do Contribuinte nas bases do que propôs, décadas atrás, o então senador Jorge Bornhausen e que agora está sendo revivido em projeto formulado pela deputada federal Paula Belmonte (Cidadania-DF). Os direitos dos contribuintes, que sustentam a máquina pública, precisam ser fortalecidos. A edição de normas tributárias pode ter limites, a fim de dar previsibilidade e estabilidade ao sistema. E, acima de tudo, a formulação da política tributária deve ficar nas mãos do Congresso. Afinal, num momento de reencontro do Poder Legislativo com as suas prerrogativas, a política tributária deve ter o cidadão como centro de suas preocupações, objetivando alcançar um sistema tributário simples, eficiente e justo.

Publicado em VEJA de 12 de fevereiro de 2020, [edição nº 2673](#)

GOVERNO BOLSONARO



Veja

A PARTIR DE R\$ 9,90/MÊS

VER OFERTAS

Saúde

A PARTIR DE R\$ 6,90/MÊS

VER OFERTAS

Superinteressante

A PARTIR DE R\$ 6,90/MÊS

VER OFERTAS

Claudia

A PARTIR DE R\$ 6,90/MÊS

VER OFERTAS

Você S/A

A PARTIR DE R\$ 6,90/MÊS

VER OFERTAS

Quatro Rodas

A PARTIR DE R\$ 6,90/MÊS

VER OFERTAS

Leia também no GoRead

SIGA

BEBÊ.COM  
BOA FORMA  
CAPRICHÔ  
CASACOR  
CLAUDIA  
GUIA DO ESTUDANTE  
PLACAR

QUATRO RODAS  
SAÚDE  
SUPERINTERESSANTE  
VEJA RIO  
VEJA SÃO PAULO  
VIAGEM E TURISMO  
VOCÊ S/A

[Abril.com](#)  
[Grupo Abril](#)  
[Política de privacidade](#)

[Como desativar o AdBlock](#)  
[Abril SAC](#)  
[Anuncie](#)